



Fundamentos do Direito Processual nos Estados Unidos

Jordão Violin

Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná; LL.M. em direito norte-americano pela *Syracuse University* (NY); Professor da PUCPR; Advogado.



“Normas processuais não são mera tecnicidade ou simples formalidade. Há razões políticas por trás delas. Quase toda norma processual divide liberais e conservadores, democratas e republicanos. Processo é poder. O procedimento influencia o resultado”.

Gidi, Antonio

Características do Processo



PRAGMATISMO
(HONORÁRIOS)



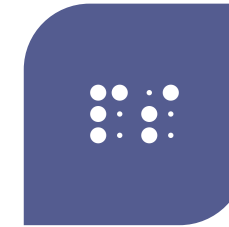
FLEXIBILIDADE
(PRECLUSÕES)



FORTE INFLUÊNCIA
POLÍTICA
(FLUTUAÇÃO
JURISPRUDENCIAL)



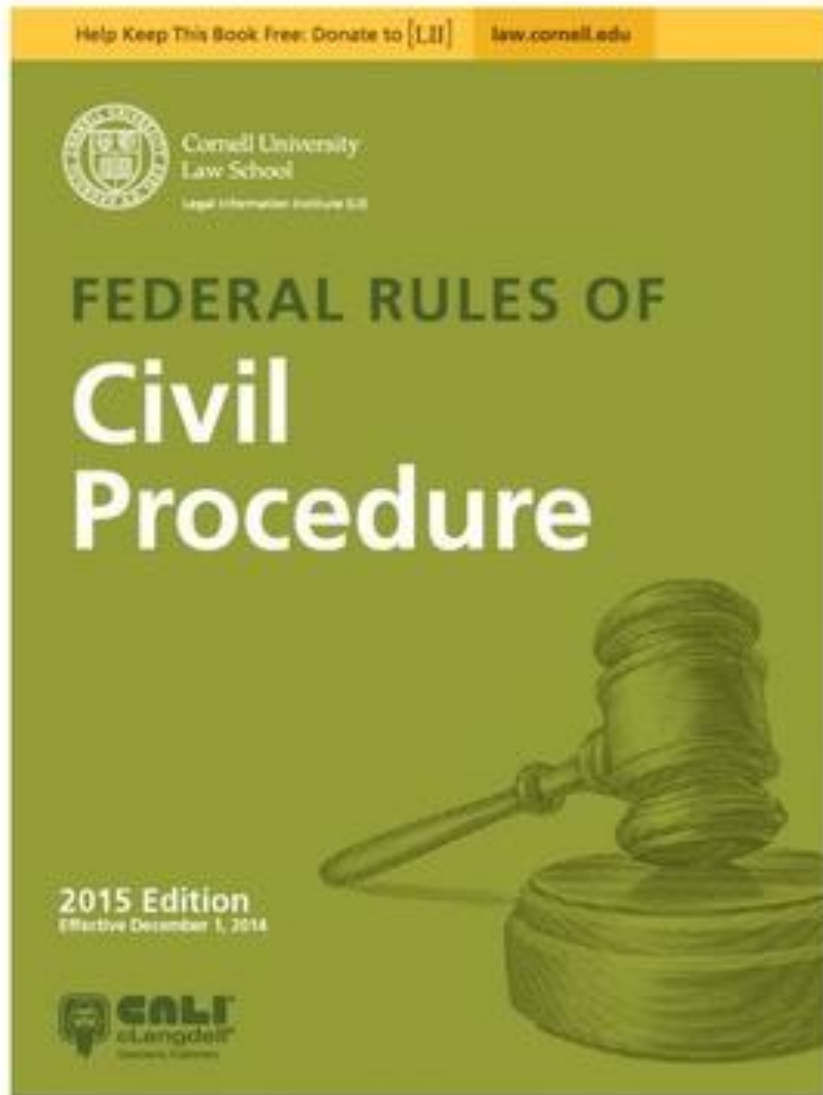
ÊNFASE NO SISTEMA
ADVERSARIAL
(FUNÇÃO
JURISDICIONAL)



AMARRAS
CONSTITUCIONAIS
(JURY TRIAL)



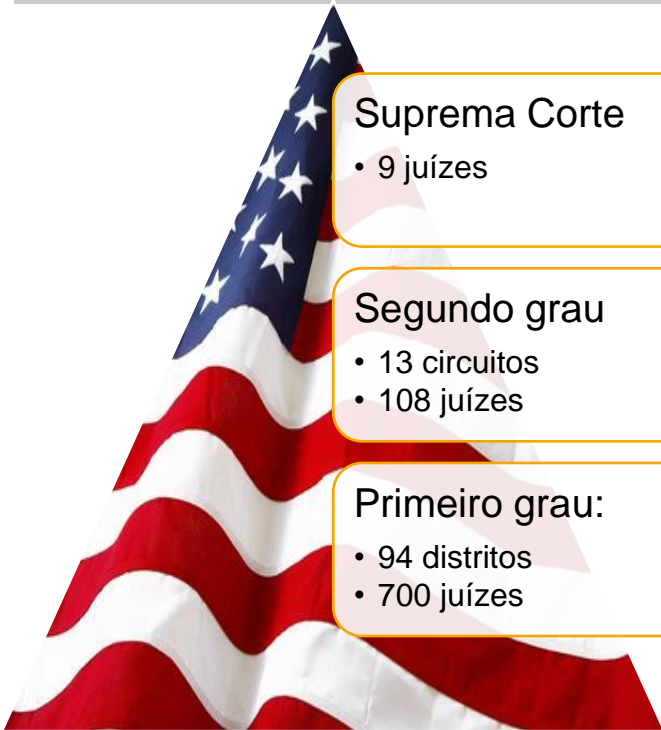
DEPENDÊNCIA DE
ACORDO
(RISCO DE COLAPSO)



As Federal Rules of Civil Procedure

- Elaboradas pela Suprema Corte
- Não são lei
- Aproximam-se de uma “lei delegada”
- Rule Enabling Act
- Definem o processo civil no Judiciário federal
- Não podem versar sobre direito material

O sistema judicial federal norte-americano



Suprema Corte

- 9 juízes

Segundo grau

- 13 circuitos
- 108 juízes

Primeiro grau:

- 94 distritos
- 700 juízes

The United States Federal Courts



Comparativo



Suprema Corte

- 9 juízes

Segundo grau

- 13 circuitos
- 108 juízes

Primeiro grau:

- 94 distritos
- 700 juízes



Tribunais superiores

- 109 juízes (74 Ministros e 35 magistrados convocados)

Segundo grau

- 5 regiões
- 138 juízes

Primeiro grau:

- ... subseções
- 1.779 juízes



Algumas pequenas diferenças

01

Juízes federais são indicados pelo Presidente da República

02

Divisão de trabalho entre juiz e júri

03

Juízes e magistrados não são a mesma coisa

04

Algumas atividades jurisdicionais, como *discovery* e *pre-trial procedures*, são delegáveis

05

Existe direito ao duplo grau de jurisdição, mas a revisão está sujeita a diferentes standards



[This Photo](#) by Unknown Author is licensed under [CC BY-SA](#)

Federalismo

- Apenas 3% dos processos tramitam na Justiça Federal
- Cada Estado tem autonomia para definir suas regras processuais
- Cada Estado tem autonomia para definir sua organização judiciária



Federalismo e competência

Competência federal

Matéria federal

Diversidade de cidadania

Diversidade completa

Valor da causa

Competência e Ensino jurídico

- Método socrático
- Estudo de casos
- Poucas certezas, muitas perguntas
- Ênfase na motivação

Chapter 9. Choosing the Forum—Geographical Location	743
A. The Traditional Formulation: The “Power” Theory of Jurisdiction	744
Pennoyer v. Neff	744
Notes and Questions	750
Harris v. Balk	756
Notes and Questions	759
Hess v. Pawloski	760
Notes and Questions	762
B. The Shift to Minimum Contacts	764
International Shoe Co. v. Washington	764
Notes and Questions	770
McGee v. International Life Ins. Co.	771
Notes and Questions	773
C. The States’ Response—Long-Arm Statutes	778
Notes and Questions	780
D. Refining the Minimum Contacts Analysis	784
World-Wide Volkswagen Corp. v. Woodson	785
Notes and Questions	795
Calder v. Jones	801
Notes and Questions	803
Burger King Corp. v. Rudzewicz	808
Notes and Questions	820
J. McIntyre Machinery, Ltd. v. Nicastro	823
Notes and Questions	835
Paylovich v. Superior Court	841
Notes and Questions	851
E. Presence of Defendant’s Property	857
Shaffer v. Heitner	857
Notes and Questions	866
F. Personal Service within the Jurisdiction	874
Burnham v. Superior Court	874
Notes and Questions	883
G. The General Jurisdiction Alternative	885
Goodyear Dunlop Tires Operations, S.A. v. Brown	886
Notes and Questions	893
H. Litigating Jurisdiction	898
Insurance Corporation of Ireland, Ltd. v. Compagnie des Bauxites de Guinee	898
Notes and Questions	900
I. The Requirement of Notice	905
Notes and Questions	906
J. Venue	910
Bates v. C & S Adjusters, Inc.	911
Notes and Questions	914
K. Discretionary Decline of Jurisdiction	917

A divisão de trabalho entre juiz e júri



JUIZ – QUESTÕES DE
DIREITO



JÚRI – QUESTÕES
DE FATO

Exceções: as *injunctions*

Law

- Aplicavam o que veio a ser conhecido como *common law*
- Sistema rígido, baseado em fórmulas pré-fixadas (*writs*)
- Julgamento pelo júri
- Conteúdo condenatório

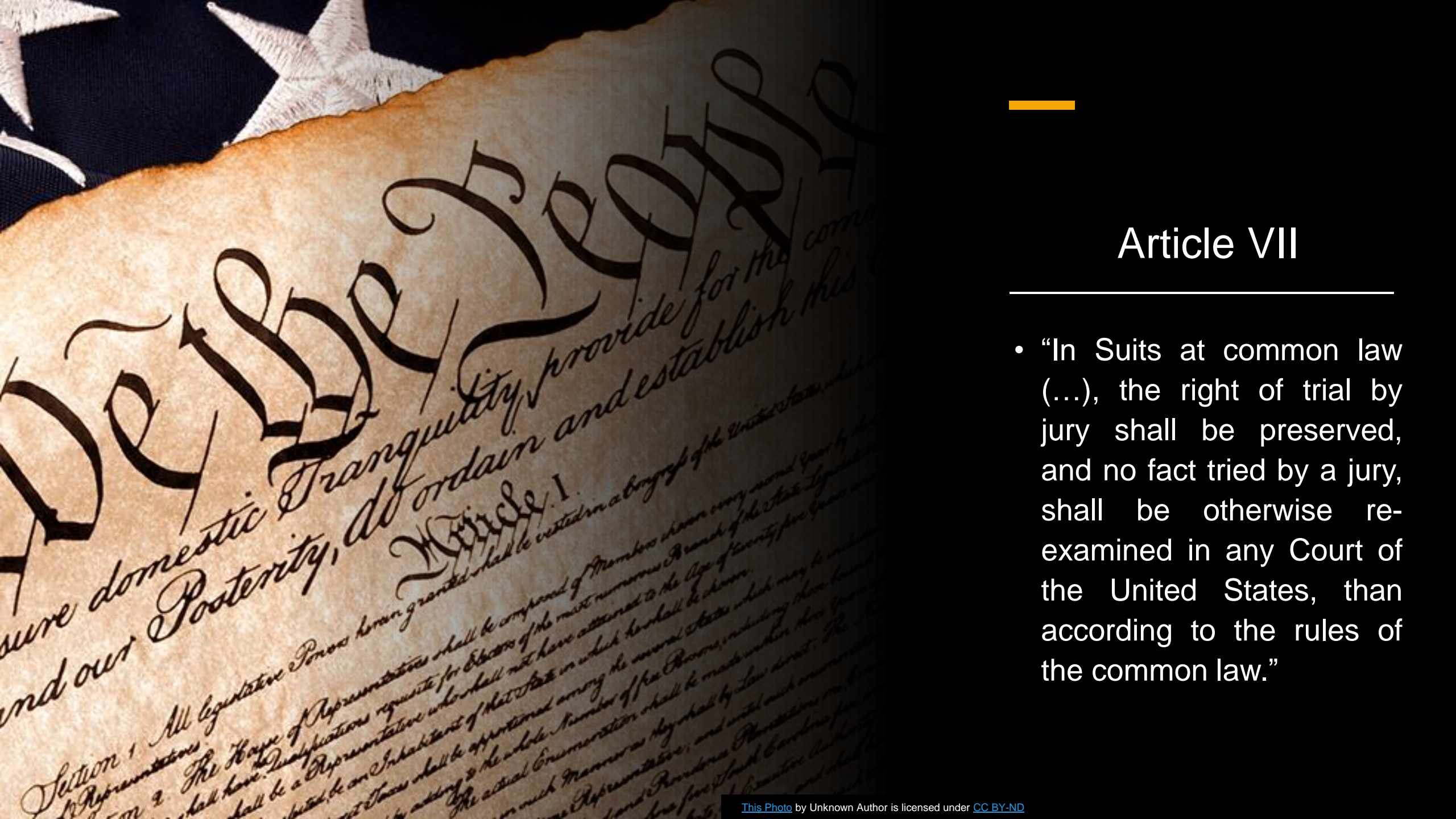
Equity

- Analisavam pretensões que não encontravam tutela adequada no *common law*
- Procedimento simples e flexível
- Julgamento por uma autoridade
- Conteúdo discricionário

A unificação

- A Constituição reuniu as cortes de *law* e *equity* num só Judiciário.
- As FRCP unificaram os procedimentos, adotando o modelo flexível da *equity*.
- A Constituição manteve o direito ao julgamento por júri para “pretensões fundadas na *common law*”.





Article VII

- “In Suits at common law (...), the right of trial by jury shall be preserved, and no fact tried by a jury, shall be otherwise re-examined in any Court of the United States, than according to the rules of the common law.”



Controlando a decisão do júri

- O juiz aplica a norma jurídica
- O juiz decide quais provas podem ser apresentadas ao júri
- Se não houver controvérsia quanto aos fatos, o juiz julga diretamente o caso (summary judgment ou judgment as a matter of law, a depender do momento)



Standards de revisão

- *Definem a profundidade da cognição do tribunal em sede recursal*
- *Questões de fato: “**clear error**” (altíssima deferência à decisão do júri)*
- *Matérias sujeitas à discricionariedade do juiz: “**abuse of discretion**” (alta deferência à decisão do juiz)*
- *Questões de direito: “**de novo**” (baixa deferência à decisão do juiz)*

Condições da ação e pressupostos processuais

Case or controversy	Standing to sue	Ripeness	Mootness	Political question
Litígio concreto, não conjectural O Judiciário não possui função consultiva	Capacidade para ser parte Capacidade para estar em juízo Legitimidade <i>ad causam</i> Interesse de agir (necessidade)	A causa deve estar “madura” para julgamento	Semelhante ao interesse de agir (utilidade)	Exclui decisões puramente políticas

Outros pontos interessantes



Imunidade de Estado



Discovery ampla



*Jurisdiction e
Adjudication*



*Appeals e interlocutory
appeals*

Imunidade de Estado, litígios internacionais e coronavírus

HOME | NEWS | CHINA Chinese Lawyers Sue U.S. Over 'Coronavirus Cover-up'

2020-03-26

Tweet Share 1.6K

Email Comment Share Print



Aerial photo shows nearly empty roads in Wuhan in China's central Hubei province, a day after China lifted tough restrictions on the province at the epicenter of the coronavirus outbreak, March 26, 2020.

AFP

Two state-backed Chinese lawyers have brought lawsuits against the U.S. Centers for Disease Control and Prevention (CDC) and other U.S. departments, alleging that they "covered up" the emergence of the coronavirus.

The claims are in line with Beijing's attempt to change the narrative internationally about how the pandemic started.

Politics & Policy

No, China Can't Be Sued Over Coronavirus

Nation-states are immune from such lawsuits.

By [Stephen L. Carter](#)

March 24, 2020, 12:00 PM GMT-3



U.S. Lawsuit Wants China to Pay for Business Income Losses from Coronavirus

By [Ken Ritter](#) | March 26, 2020



Email This Subscribe to Newsletter

f t in

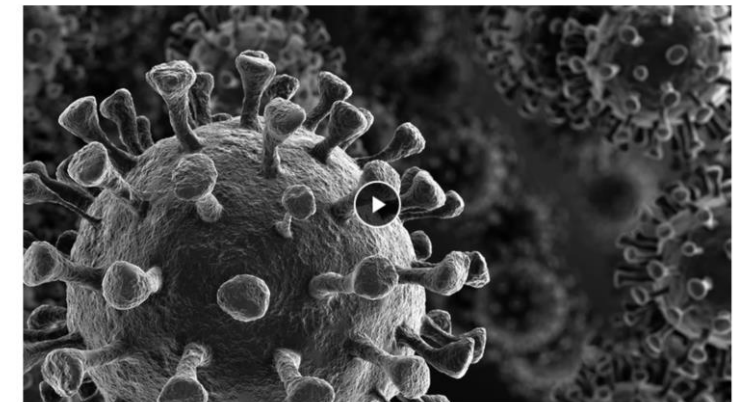
Article

10 Comments

An attorney who represented victims of the Las Vegas shooting massacre has filed a federal lawsuit against China's government over the new coronavirus, saying that officials hid information about the outbreak and that U.S. small businesses should receive billions of dollars in damages. The case seeks class-action status for 32 million businesses for lost income and profits.

CORONAVIRUS

China hid information about coronavirus, should pay billions, lawsuit alleges



EMBED > MORE VIDEOS >

Patients with COVID-19 experience mild to severe respiratory illnesses.